

- c) Os professores convidados, catedráticos ou associados do mesmo grupo ou disciplina ou de análogo grupo ou disciplina de qualquer escola ou departamento da mesma ou de diferente universidade que tenham sido aprovados em provas públicas de agregação e contem, pelo menos, três anos de efectivo serviço docente como professores ou professores convidados daquelas categorias.

2 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, com as seguintes indicações:

- a) Identificação completa, endereço e telefone;
- b) Habilitações académicas;
- c) Concurso e categoria a que se candidata, mencionando o *Diário da República*;
- d) Categoria, grupo ou disciplina a que pertence, tempo de serviço como docente universitário e universidade a que pertence.

3 — O requerimento de admissão ao concurso é instruído com:

- a) Documento comprovativo do preenchimento das condições exigidas em qualquer das alíneas no n.º 1;
- b) 30 exemplares, impressos ou policopiados, do *curriculum vitae* do candidato, com indicação das obras e trabalhos efectuados e publicados, bem como das actividades pedagógicas desenvolvidas;
- c) Certidão do registo criminal;
- d) Atestado passado pelo delegado ou subdelegado de saúde comprovativo de que o interessado não sofre de doença contagiosa e possui a robustez física necessária para o exercício do cargo;
- e) Documento comprovativo do cumprimento dos deveres militares ou de serviço cívico;
- f) Fotocópia simples do bilhete de identidade;
- g) Quaisquer outros documentos relevantes que ilustrem a sua aptidão para o exercício do lugar a prover e que o candidato entenda dever apresentar para o efeito.

4 — Os documentos a que aludem as alíneas c) a e) do n.º 3 podem ser substituídos por declaração prestada no requerimento, sob compromisso de honra, onde, em alíneas separadas, o interessado deve definir a sua situação precisa relativamente ao conteúdo de cada uma daquelas alíneas.

5 — O Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas comunicará aos candidatos, no prazo de três dias úteis, o despacho de admissão ou não admissão ao concurso, o qual se baseará no preenchimento ou na falta de preenchimento, por parte daqueles, das condições para tal estabelecidas.

6 — Após a admissão dos candidatos ao concurso, deverão estes entregar, nos 30 dias subsequentes ao da recepção do despacho de admissão, dois exemplares de cada um dos trabalhos mencionados no seu *curriculum vitae*, nos termos do n.º 1 do artigo 44.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária.

7 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

1 de Fevereiro de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, João Abreu de Faria Bilhim.

Instituto Superior Técnico

Aviso n.º 2162/2006 (2.ª série). — 1 — Está aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso público para eventual recrutamento de um professor auxiliar, a iniciar funções a partir da data do despacho autorizador, para o Departamento de Engenharia e Gestão, para a disciplina de Fundamentos de Gestão.

2 — Habilitações literárias — os candidatos deverão possuir o grau de doutor ou equivalente legal.

3 — Vencimento — professor auxiliar — índice 195, escalão 1, da carreira docente universitária.

4 — Os critérios de selecção e ordenação dos candidatos serão os seguintes:

- a) Actividades científicas;
- b) Actividades pedagógicas;
- c) Aptidão para leccionar a disciplina de Fundamentos de Gestão;
- d) Adequação da área científica do candidato às áreas científicas do Departamento, designadamente pela especialização conferida pela dissertação de doutoramento;

e) Experiência profissional;

f) Disponibilidade para centrar as suas actividades de ensino no Campus do Instituto Superior Técnico, na Alameda, Lisboa, e no Campus do Tagus Park, Oeiras.

5 — Local de trabalho — Departamento de Engenharia e Gestão, Campus do Instituto Superior Técnico, na Alameda, Lisboa, e no Campus do Tagus Park, Oeiras.

6 — As condições de admissão estão expressas no Estatuto da Carreira Docente Universitária, anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho.

7 — As candidaturas deverão ser formuladas mediante requerimento dirigido ao presidente do Instituto Superior Técnico ou em formulário próprio, existente na Secção de Pessoal Docente e Investigador, e entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, para Secção de Pessoal Docente e Investigador do Instituto Superior Técnico, Avenida de Rovisco Pais, 1049-001 Lisboa.

7.1 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data de emissão do bilhete de identidade, entidade que o emitiu, residência, código postal e telefone);
- b) Habilitações literárias;
- c) Habilitações profissionais;
- d) Quaisquer outros elementos que os concorrentes considerem relevantes para a apreciação do seu mérito;
- e) Área ou áreas científicas do Departamento de Engenharia e Gestão do Instituto Superior Técnico onde o candidato perspectiva a sua actividade.

7 — Os requerimentos devem ser acompanhados dos seguintes elementos:

- a) *Curriculum vitae*;
- b) Cópia dos certificados de habilitações;
- c) Cópia das publicações mais importantes mencionadas no *curriculum vitae*.

8 — Os métodos de selecção a utilizar serão:

8.1 — Avaliação curricular, com base em elementos documentais;

8.2 — Os candidatos poderão ser sujeitos a entrevista profissional de selecção.

9 — De acordo com o determinado no despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 31 de Março de 2000, faz-se constar a seguinte menção: «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

31 de Janeiro de 2006. — Pelo Presidente do Conselho Directivo, Custódio Peixeiro.

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

Reitoria

Despacho (extracto) n.º 3885/2006 (2.ª série). — Por despacho de 20 de Janeiro de 2006 do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, foi autorizado o contrato administrativo de provimento do Doutor Eduardo José Solteiro Pires como professor auxiliar, com efeitos a partir de 11 de Janeiro de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Janeiro de 2006. — O Reitor, Armando Mascarenhas Ferreira.

Despacho (extracto) n.º 3886/2006 (2.ª série). — Por despachos proferidos nas datas a seguir indicadas do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, foi concedida equiparação a bolseiro fora do País aos seguintes docentes:

De 5 de Dezembro de 2005:

Dr.ª Ana Celeste Andrade Martins Carvalho Bessa, assistente — nos dias 8 e 9 de Dezembro de 2005.

De 12 de Dezembro de 2005:

Prof. Doutor Armindo Aires Afonso Martins, professor associado — no período de 12 a 16 de Dezembro de 2005.

De 2 de Janeiro de 2006:

Dr. Paulo Jorge de Campos Favas, assistente — no período de 2 de Janeiro a 15 de Fevereiro de 2006.

Prof. Doutor Nuno Pizarro de Campos Magalhães, professor associado — no período de 2 a 5 de Janeiro de 2006.

De 4 de Janeiro de 2006:

Prof. Doutor Eduardo Augusto dos Santos Rosa, professor catedrático — no período de 18 a 22 de Janeiro de 2006.

De 5 de Janeiro de 2006:

Dr. Bruno Jorge Antunes Colaço, assistente — no período de 9 de Janeiro a 10 de Fevereiro de 2006.

Doutor Joaquim Bernardino de Oliveira Lopes, professor auxiliar — no período de 9 a 27 de Janeiro de 2006.

Prof. Doutor João Filipe Coutinho Mendes, professor catedrático — no período de 18 a 22 de Janeiro de 2006.

De 10 de Janeiro de 2005:

Prof. Doutor Fernando Manuel Coelho Franco Martins, professor associado — no período de 18 a 22 de Janeiro de 2006.

De 19 de Janeiro de 2006:

Dr. Luís Filipe Roçadas Ferreira, assistente — no período de 19 de Fevereiro a 4 de Março de 2006.

Prof. Doutor Nuno Pizarro de Campos Magalhães, professor associado — no período de 26 de Janeiro a 13 de Fevereiro de 2006.

De 24 de Janeiro de 2006:

Prof. Doutor Timothy Leonard Koehnen, professor associado — no período de 29 de Janeiro a 3 de Fevereiro de 2006.

Prof. Doutor Christopher Gerry, professor catedrático — no período de 24 de Janeiro a 1 de Fevereiro de 2006.

De 26 de Janeiro de 2006:

Prof. Doutor José Afonso Moreno Bulas Cruz, professor catedrático — no período de 22 a 25 de Março de 2006.

31 de Janeiro de 2006. — O Reitor, *Armando Mascarenhas Ferreira*.

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA

Aviso n.º 2163/2006 (2.ª série). — Por despachos de 15 de Dezembro de 2005 do presidente do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, proferidos ao abrigo da alínea h) do n.º 1 do artigo 19.º dos Estatutos deste Instituto:

Bruno Guimarães Marçal, assistente administrativo da carreira de assistente administrativo do quadro de pessoal não docente do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa — nomeado definitivamente, mediante reclassificação profissional, na categoria de técnico de informática-adjunto, nível 1, da carreira de técnico de informática, do mesmo quadro, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro. A nomeação produz efeitos a partir da data do despacho de autorização, considerando-se exonerado do anterior lugar a partir da mesma data.

João Paulo Ferreira Pires, assistente administrativo da carreira de assistente administrativo do quadro de pessoal não docente do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa — nomeado definitivamente, mediante reclassificação profissional, na categoria de técnico de informática-adjunto, nível 1, da carreira de técnico de informática, do mesmo quadro, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro. A nomeação produz efeitos a partir da data do despacho de autorização, considerando-se exonerado do anterior lugar a partir da mesma data.

Nuno Miguel da Silva Alves, assistente administrativo da carreira de assistente administrativo do quadro de pessoal não docente do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa — nomeado definitivamente, mediante reclassificação profissional, na categoria de técnico de informática-adjunto, nível 1, da carreira de técnico de informática, do mesmo quadro, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro. A nomeação produz efeitos a partir da data do despacho de autorização, considerando-se exonerado do anterior lugar a partir da mesma data.

(Não sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Janeiro de 2006. — O Vice-Presidente, *José Manuel Paquete de Oliveira*.

Aviso n.º 2164/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa de 19

de Dezembro de 2005, foram designados os seguintes professores para integrarem o júri de equivalência ao grau de mestre em Psicologia Social e Organizacional, requerida pela licenciada Annelise dos Santos Lira Soares Pereira:

Presidente — Doutora Maria Benedicta Vassalo Pereira Basto Monteiro, professora catedrática do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Vogais:

Doutora Teresa Maria Freitas Teixeira de Moraes Garcia Marques, professora associada do Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Doutora Fernanda Paula Martins e Castro, professora associada do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

25 de Janeiro de 2006. — O Presidente, *Luís Antero Reto*.

Aviso n.º 2165/2006 (2.ª série). — Por despacho do presidente do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa de 17 de Janeiro de 2006, foram designados os seguintes professores para integrarem o júri das provas de agregação em Ciências e Tecnologias da Informação (grupo VIII), requeridas pelo Doutor Américo Manuel Carapeto Correia:

Presidente — Doutor Luís Antero Reto, presidente do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Vogais:

Doutor José Rodrigues Ferreira da Rocha, professor catedrático da Universidade de Aveiro.

Doutor José Carlos da Silva Neves, professor catedrático da Universidade de Aveiro.

Doutor Afonso Manuel dos Santos Barbosa, professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor José Manuel Nunes Leitão, professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor Afonso Augusto de Albuquerque, professor catedrático do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

25 de Janeiro de 2006. — O Presidente, *Luís Antero Reto*.

Aviso n.º 2166/2006 (2.ª série). — Por despachos do presidente do ISCTE de 20 de Julho de 2005 e do director regional-adjunto de Educação de Lisboa de 6 de Setembro de 2005:

Marlene Coelho Camacho Francês, auxiliar de acção educativa do quadro de pessoal de vinculação do distrito de Lisboa — autorizada a requisição, ao abrigo do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, para exercer funções neste Instituto, pelo período de um ano, com efeitos a partir de 3 de Outubro de 2005.

25 de Janeiro de 2006. — O Presidente, *Luís Antero Reto*.

Aviso n.º 2167/2006 (2.ª série). — Por despachos das seguintes datas do presidente do ISCTE, ao abrigo da alínea h) do n.º 1 do artigo 19.º dos Estatutos deste Instituto, publicados em anexo ao Despacho Normativo n.º 37/2000, de 3 de Agosto:

De 3 de Novembro de 2005:

Luís Manuel Pego Todo Bom — autorizada a contratação, por conveniência urgente de serviço, em regime de tempo parcial (50 %), como professor associado convidado além do quadro neste Instituto, produzindo o contrato efeitos a partir da data do despacho autorizador, sendo, de acordo com o n.º 2 do artigo 15.º, a contratação aprovada em reunião do conselho científico de 19 de Outubro de 2005, com base nos pareceres elaborados pelos Prof. Doutores Elizabeth de Azevedo Reis, José Luís Mexia Fraústo Crespo de Carvalho e Victor José Sequeira Roldão.

De 12 de Dezembro de 2005:

Carlos Gonçalves — autorizada a contratação, por conveniência urgente de serviço, como professor auxiliar além do quadro neste Instituto, produzindo o contrato efeitos a partir da data do despacho autorizador, considerando-se rescindido o anterior contrato a partir da mesma data.

De 21 de Dezembro de 2005:

Victor Domingos Seabra Franco — nomeado definitivamente na categoria de professor associado do quadro deste Instituto, produzindo a nomeação efeitos a partir de 12 de Dezembro de 2005, sendo,